

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Cuida o presente administrativo da contratação por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** fundamentada no inciso XI do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/1993 da empresa **NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ n. 32.185.480/0001-07, para prestar serviços remanescentes do Pregão Eletrônico n. 14/2023, cujo objeto consiste na manutenção preventiva, corretiva e operação de sistemas de telefonia, bem como de luz e som em eventos, incluindo pequenas instalações elétricas e de rede de dados, com mão de obra dedicada nas categorias profissionais pertinentes, como equipe residente, em regime de dedicação exclusiva, em virtude da rescisão unilateral do Contrato n. 24/2023, celebrado com a empresa B7 EMPREENDIMENTOS LTDA.

Após a regular marcha processual, retornam os autos a esta Subsecretaria contendo a manifestação da **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, peça eletrônica n. 55, acerca dos ajustes promovidos na nova minuta do instrumento contratual, peça eletrônica n. 54, seguindo o entendimento contido no parecer do **i. Procurador Dr. Eduardo Azeredo Rodrigues**, peça eletrônica n. 51, no que concerne ao prazo de vigência que deverá ser de 12 (doze) meses. Entrementes, mister ressaltar que conforme já pontuado pela **CLC**, àquela Procuradoria não se opôs à contratação direta e ao pedido de repactuação.

Dito isto, vê-se na minuta acostada à peça eletrônica n. 54, as alterações inseridas, resumidamente:

- a) Cláusula Segunda (Prazo de Vigência) – 12 (doze) meses;
- b) Cláusula Terceira (Preço) – **R\$502.845,48 (quinhentos e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos);**
- c) Cláusula Quarta (Recursos Orçamentários);
- d) Cláusula Sexta, § 4º (Revisão, Repactuação e Reajuste);
- e) Cláusula Sétima (Garantia da Execução); e
- f) Alteração do signatário.

Ao final, a CLC informa que o valor a ser empenhado à conta do presente exercício financeiro é de **R\$290.532,94 (duzentos e noventa mil, quinhentos e**

trinta e dois reais e noventa e quatro centavos), tendo como base a Planilha de Custo acostada à peça eletrônica n. 37, conforme memória explicativa do cálculo *pro-rata* abaixo replicada:

Para o cálculo do valor a ser comprometido no orçamento deste ano, considerando que a data acordada para o início de vigência do novo ajuste é 03 de junho de 2024, foi utilizado o valor mensal da proposta da empresa NTL, multiplicado por 06 (seis) meses e acrescido do valor correspondente a 28 (vinte e oito) dias, resultando, assim, no montante de R\$ 290.532,94 (duzentos e noventa mil e quinhentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos) – cláusula quarta da Minuta de Contrato. – grifado no original

Pois bem.

Em que pese as informações consignadas pela **CLC** e da aprovação jurídica pela **PGT**, juntamente com os documentos anexados, após análise do processo como um todo, vê-se não haver óbices ao prosseguimento do feito. Todavia, em relação a mencionada minuta, recomenda-se a CLC, por ocasião da lavratura definitiva do termo contratual, efetuar ajuste no preâmbulo, substituindo a titularidade e o nome do representante deste Tribunal que irá formalizar a avença.

Outrossim, por cautela, foi realizada consulta ao **Gabinete da Presidência (GAP)**, por meio da plataforma *Teams*, quanto ao ajuste recomendado referente a mudança do prazo de vigência de um mês para doze meses, restando o mesmo superado com a ratificação do entendimento pela assessoria daquele Gabinete, nos seguintes moldes:

Luiz Carlos de Jesus Silva Ontem 15:02

Eduardo, em relação ao 303802-8/23 a assessoria do GAP disse:

[15:01] Lara Nascimento Magalhaes

ok, pode seguir conforme orientação da PGT

Ademais, ressaltamos que da análise jurídica, resta consignado nos autos (peça eletrônica n. 52), o “de acordo” do Procurador-Geral, *in verbis*:

“Estou de acordo com o parecer do i. Procurador Dr. Eduardo Azeredo Rodrigues, no qual conclui pela regularidade da contratação direta, recomendando, contudo, pequenos ajustes na minuta apresentada.” – grifo nosso

Ante o exposto, em virtude dos ajustes promovidos pela CLC e da aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da **PGT**, **opina-se:**

- i) Pela autorização da despesa relativa ao contrato a ser celebrado com a empresa **NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ n. 32.185.480/0001-07, com o consequente envio à **Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG)**, para emissão de empenho no valor de **R\$290.532,94 (duzentos e noventa mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos)**, à conta do presente exercício financeiro;
- ii) Após, a **CPG** deverá encaminhar os autos à **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)** para a formalização e lavratura do termo contratual definitivo, da obtenção das devidas assinaturas e publicação; e
- iii) E, em momento oportuno, a **CLC** deverá encaminhar à **CGA** para adoção das medidas pertinentes à gestão contratual.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

Eduardo dos Santos
Assistente
Matr.: 02/004829/0-6

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),

Manifestando de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC e considerando o parecer favorável da d. **PGT**, peça eletrônica n. 51, **AUTORIZO**, em conformidade com o disposto no Ato Executivo n. 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida com fundamento no inciso XI do art. 24 da Lei Federal n. 8.666/1993 c/c art. 190 da Lei Federal n. 14.133/2021, e encaminho os autos a essa Coordenadoria para a emissão de empenho, à conta do presente exercício financeiro, em favor da empresa abaixo mencionada:

Favorecido	CNPJ	Valor R\$
NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA	32.185.480/0001-07	290.532,94

Posteriormente, solicitamos o encaminhamento do processo à **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, para lavratura, formalização do termo definitivo e da obtenção das devidas assinaturas, **recomendando que seja alterada a titularidade e o nome do representante deste Tribunal que irá formalizar a avença**, bem como, **sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação**.

Ao final, em momento oportuno, a **CLC** deverá fazer remessa à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para as anotações pertinentes relativas à gestão contratual, em especial quanto à publicidade do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, da assinatura do referido instrumento, em observância ao disposto no § Único do art. 72 e inciso II do art. 94, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matr.: 02/4265/0-6